

ECONOMIA DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Jefferson Straatman, engenheiro de produção que pesquisa e trabalha com economias da sociobiodiversidade para o ISA, acredita que as soluções para a Amazônia passam necessariamente pelo conhecimento dos povos originários e tradicionais. Antes de mais nada, porém, é preciso virar a chave conceitual que atribui a estas comunidades um papel secundário de cultivo e processamento de produtos da floresta, como castanhas, copaíba, andiroba, açai, madeira, etc.

“O que a gente tem é uma sociedade baseada no racismo estrutural, na qual o modo de vida dos povos tradicionais é visto como ultrapassado, retrógrado, que não tem conhecimento para ser trabalhado, não tem nenhum serviço que seja prestado por eles, ‘é muita terra para pouco índio’, são discursos de falta de entendimento sobre esses modos de vida”, define Straatman.

Essa visão preconceituosa nega o conhecimento tradicional e originário, limitando a atividade das comunidades à extração de produtos in natura. “Se a gente olha pela perspectiva da sociobiodiversidade, as economias desses povos não são dos produtos, são economias do conhecimento, porque eles são os que guardam o conhecimento sobre como manejar essa paisagem”, frisou o engenheiro.

Straatman critica a academia que, em geral, não reconhece o conhecimento tradicional que não se enquadra em seus cânones, embora tenha havido mudanças positivas nesse sentido. “Não quero ser injusto: tem uma parte da academia que tenta se conectar, que reconhece. As universidades têm recebido cada vez mais pessoas negras, quilombolas, indígenas, isso tá mudando cada vez mais. Mas é uma mudança que leva tempo, não é de uma hora para outra.”

São conhecidas histórias de usos e saberes dessa biodiversidade que viraram produtos através de pesquisas privadas ou de universidades e órgãos públicos como a Embrapa. Foram transformados em fármacos, borracha, utensílios, adoçantes, essências para perfumaria ou novas espécies de plantio padronizadas para agricultura, todos obtidos a partir de saberes dos povos tradicionais e indígenas. No entanto, normalmente, eles não são reconhecidos como autores e, conseqüentemente, não são remunerados, o que, na visão de Straatman, se deve ao racismo e ao preconceito. “Esse conhecimento não é reconhecido nem pela ciência, nem pela sociedade de uma forma geral, nem pelo setor privado, mas é ele que movimentou muitas das nossas indústrias”, diz o pesquisador do ISA.

Fazendo um paralelo com a borracha extraída da Amazônia, ele diz que o processo de vulcanização desse produto florestal foi o que propiciou a evolução de muitas atividades econômicas. Mas o que é valorizado é a vulcanização e não o manejo da seringueira. “O que existe de borracha foi planejado, foi trabalhado, não foi uma dádiva divina, foi manejado. A partir dessa perspectiva do conhecimento de manejo é que houve a inovação da borracha”, concluiu.

AS GRANDES QUESTÕES

“Acho que tem uma grande pergunta científica tão simples quanto: qual é o modelo econômico que gerará prosperidade para as pessoas e conservação ambiental ao mesmo tempo?”, perguntou André Guimarães, engenheiro agrônomo, diretor executivo do IPAM. É uma “questão multifacetada” e, para ele, à ciência cabe, em primeiro lugar, o papel de apontar problemas, entendendo a dinâmica, os limites e as conseqüências da ocupação humana na região. Segundo, apontar caminhos, indicando a forma de exploração sustentável, o que pode ou não prejudicar ou beneficiar o coletivo humano, entendendo melhor quais são os reais serviços ambientais que a floresta presta e, conseqüentemente, qual o valor desses serviços para que eventualmente eles sejam remunerados.

Guimarães acredita que essa é uma tarefa complexa, de muitas dimensões – ecológica, biológica, social, cultural, econômico-financeira e política – que necessita de cientistas e pesquisadores do mundo inteiro, não só os locais. “Acho que há, sim, uma necessidade de desenvolver capital humano da região, não há dúvida sobre isso. Agora, eu acho que muito da inteligência que a gente precisa para traçar o futuro da Amazônia pode ser trazida de fora.”

O diretor do IPAM frisa a necessidade de combater o desmatamento ilegal e reconhece avanços nesse sentido como resultado de ações do governo atual. Mesmo assim, coibir o desmatamento não é o bastante, diz ele: é preciso coibir a criminalidade, a grilagem de terras e fazer a regularização fundiária. “Ao coibir o crime, abrimos espaço para aqueles bons investidores que querem fazer negócios e investir na manutenção da floresta em pé. O mundo quer investir no Brasil, tem vontade de associar o seu nome, da sua empresa, do seu país, do seu negócio à Amazônia, mas a grande maioria desses investidores quer fazer isso num ambiente transparente e crível.”, afirmou. (JR)

